

**A POETIZAÇÃO DE SI E DO ESPAÇO NA ESCRITA FEMINISTA DE
JÚLIA LOPES DE ALMEIDA**

Gabriela Simonetti Trevisan

Mestranda em História Cultural - Universidade Estadual de Campinas

E-mail: trevisan.gabriela@gmail.com

Recriando Eva

Quando pensamos em Eva, logo somos remetidos à imagem da mulher que come do fruto proibido, persuadida pela serpente, e é responsável pela Queda, pela expulsão do primeiro casal do Paraíso. Uma narrativa bíblica que responsabiliza as mulheres pelo pecado original e pela decaída de toda a humanidade. Eva é um símbolo cristão de devassidão e, ao mesmo tempo, fraqueza, uma imagem feminina que constitui o mito fundante da cultura ocidental há quase dois milênios.

É muito intrigante, portanto, quando abrimos um romance brasileiro conhecido por poucos e nos deparamos com uma Eva muito diferente da que perpassa nosso imaginário. Trata-se da protagonista de *A família Medeiros*, publicado em 1893 pela escritora carioca Júlia Lopes de Almeida, nascida em 1862 e falecida em 1934. Veiculado primeiramente como folhetim no periódico *Gazeta de Notícias* – como era comum à época –, o texto constituiu o primeiro texto do gênero romance publicado em livro da autora e retrata a região de Campinas, no interior do estado de São Paulo, onde a literata passou a juventude, durante o final do período escravocrata. Dessa forma, o pano de fundo do enredo são as grandes fazendas de café e as resistências dos escravizados. “É uma propaganda abolicionista em que estão pintados os horrores dos castigos e do tratamento dados aos escravos”, comenta Norma Telles (TELLES, 2012, p. 424).

É então que desponta Eva, a protagonista. Órfã de pai e mãe, a jovem de dezenove anos é relegada aos cuidados do tio Comendador Medeiros, um patriarca escravocrata da região. Contudo, herdeira de uma fazenda policultora, adepta da mão-de-obra livre, Eva não hesita em desafiar a autoridade do parente, protegendo

escravizados, comprando alforrias e questionando seus métodos agressivos. A personagem também é estudiosa, contra o casamento arranjado e propõe uma outra relação com o espaço rural. Ao contrário dos fazendeiros homens, ela acredita que a fazenda também é lugar da arte, das flores, da cultura e do diálogo. É por isso que, em determinado momento, decide-se a romper com o tio e voltar para a própria propriedade, por mais que a atitude fosse “mal vista” moralmente, afinal, moraria sozinha com um irmão adotivo, Paulo.

A Eva criada por Júlia Lopes de Almeida, portanto, entra em franca disputa com a imagem bíblica, e a escolha no nome, provavelmente, não é em vão. Se a Eva cristã é responsável pela queda da humanidade inteira, a Eva almeidiana, pelo contrário, propõe-se a transformar a cultura patriarcal e escravocrata. Uma, símbolo da desgraça, outra, símbolo da esperança. Essa diferença pode perpassar a postura feminista da literata brasileira que, desde o século XIX, posiciona-se em favor de uma série de pautas pelos direitos das mulheres, como a educação e o divórcio e, mais tarde, o voto feminino, militando ao lado de feministas brasileiras de renome, como Bertha Lutz.

Essa disputa pela representação de Eva, travada por Júlia Lopes de Almeida, também é um conflito, portanto, entre a imagem da cultura cristã, ocidental e masculina sobre as mulheres e a crítica feminista. Trata-se de uma desconstrução da ideia do feminino ligado ao mal, que encontra certas continuidades na modernidade, quando a autora escreve. Como pontuam pensadoras feministas contemporâneas, como Ivone Gebara, o “mal das mulheres”, no cristianismo, é algo intrínseco a todas elas e que só pode ser “recompensado” pela sua postura de abnegação e pelo cumprimento do seu papel de mãe, enquanto o “mal” masculino pode ser desfeito, sem consequências (GEBARA, 2000, p. 3).

A Eva almeidiana, de *A família Medeiros*, contraria uma série de pressupostos sobre essa figura. Sua fazenda, o Mangueiral, destacava-se na região não por sua rentabilidade, mas pela felicidade daqueles que habitavam o espaço. Era, ao contrário do fazenda do Comendador Medeiros, a Santa Genoveva, um espaço de tranquilidade. Esse sentimento era impossível na propriedade escravocrata, sempre tensa e atenta a fugas e rebeliões, sem espaço para o conforto, já que seu fim último era a produção exaustiva de um único produto, o café. O Mangueiral, por sua vez, tinha “ruas

simétrias”, “trabalhadores, homens e mulheres, rijos, alegres”, “caramanchões do jardim”, com “magnolias”, “canteiros de flores”. Uma paisagem completamente avessa à região, como bem destaca o narrador:

Que diferença entre o Mangueiral e as outras fazendas dos arredores! Comparava-a com a de Medeiros! Santa Genoveva era o que são geralmente todos os “sítios” paulistas: grande casarão, cercado de terrenos sem cultura, nem flores nas janelas, nem uma árvore a sombrear-lhe a porta! Isolada como uma sentinela medrosa, a olhar com desconfiança para todos os lados! A horta, o jardim e o pomar, um longo terreiro nu, cheio de calor. No interior da casa, o mesmo desconforto; raros móveis, nenhuma elegância. No corredor, negrinhos em camisa; na sala de jantar, comprida e sombria, algumas redes, uma mesa e uns bancos toscos. Em frente, o terreiro de café, atijolado; muito sol batendo na terra seca, a refletir uma cor amarelada das paredes das senzalas, quartos sem luz, deitando para um corredor onde as janelas têm grades como as prisões! (...)

Como se destacava de todas elas o Mangueiral, onde os trabalhadores eram livres, a cultura feita sem a rega das lágrimas, as habitações dos colonos claras, arejadas e limpas, a casa da proprietária atufada em verduras, coberta de perfumes e de sombras doces! Seria menos rendosa, talvez, mas era com certeza muito mais agradável. Era a fazenda futura, salientando-se entre todas as outras, rotineiras e estúpidas. Tinha, como poucas, abundância de frutas, de hortaliças e de água, e, sobretudo, muita paz e muito contentamento! (ALMEIDA, 1892, p. 296-298).

É como se, ao invés de Eva se responsabilizar pela condenação de toda a humanidade, ela fosse a grande transformadora do mundo em um lugar melhor, no romance de Júlia Lopes de Almeida. A protagonista dessa escritora, com suas convicções firmes, autonomia e coragem, enfrenta os homens poderosos da região na luta por outro ideal de mundo rural e de relações de trabalho. Ela *cria*, não *destrói*. Ela é *salvação*, e não *Queda*.

Transgredindo Maria

Se, no lado do mal, encontramos Eva, sua figura contrária é Maria, aquela que incorpora os ideais de abnegação e maternidade que “compensariam” a maldade feminina. Como comenta o historiador Stephen Greenblatt (2017), estudando a narrativa de Adão e Eva, seguir o exemplo de recato da mãe de Jesus seria uma forma das mulheres “pagarem” pelo erro de Eva. “O nó de desobediência, que Eva fizera com sua descrença, Maria desfez com sua fé e sua obediência. Eva fizera nascer o pecado; Maria fizera nascer a graça. *Eva tornou-se Ave*”, escreve Greenblatt (2017, p. 121).

Vinte anos depois de *A família Medeiros*, Júlia Lopes de Almeida retoma, em uma ficção, a temática das mulheres transformando o espaço rural. Trata-se de *Correio da roça*, romance epistolar publicado em 1913. Nessa obra, a protagonista é nada menos que Maria, recém-viúva e mãe de quatro garotas. A história começa com uma carta que essa mulher envia a uma amiga da cidade, Fernanda, logo após se mudar para a única propriedade restante da herança do marido após o pagamento das dívidas: uma fazenda chamada Remanso, no interior do estado do Rio de Janeiro.

As duas amigas começam a trocar cartas, primeiramente com o intuito de Maria de buscar algum contato com a vida urbana, da qual não conseguia desapegar. Depois, com a ajuda de Fernanda, o objetivo das correspondências muda, já que passam a discutir melhorias para a fazenda e para o meio rural de modo geral. Mesmo as filhas de Maria passam a fazer parte das trocas epistolares, desenvolvendo uma rede de apoio, voltada para a transformação da propriedade agrícola e do ambiente ao seu redor.

Dessa forma, Maria, suas filhas e Fernanda desenvolvem uma relação de amizade que incentiva a mudança no campo: essas mulheres organizam hábitos de limpeza, jardins e pomares, reformam estradas, promovem o saneamento básico, fundam uma escolas para as crianças da região, com atividades culturais e, por fim, constroem até mesmo um hospital. Todas essas transformações giram em torno de parcerias com os trabalhadores das terras locais e com os proprietários. Essas seis mulheres, portanto, mobilizam uma série de mudanças na região que visam a melhora da qualidade de vida e a harmonia com a natureza.

Como pontua Fernanda em uma carta a Maria, os aprendizados de literatura, música, artes, idiomas e outros atributos comuns, na época, às garotas burguesas, saem do plano do “dote”, isto é, do agrado ao futuro marido, para serem aplicados à vida

rural, ao ensinamento, ao cuidado do próximo, provendo outra subjetivação para essas mulheres. Se elas iniciam o romance como desesperançosas, vendo na reclusão do campo o fim de suas vidas, aos poucos sua perspectiva muda e o desafio se torna uma oportunidade de repensar os espaços e a si mesmas. Nas palavras de Fernanda:

Vocês não devem abdicar, pela circunstancia [sic] de viverem na fazenda, das vantagens que a todos deu a educação literaria que receberam, e antes aplical-as [sic] no aperfeiçoamento do meio em que vivem, para satisfação alheia e propria, convencidas, como estão, de que o papel da mulher é alegrar, poetizar e elevar o nivel da sociedade em que vive, por meio da sua graça, da sua doçura, do seu bom gosto e dos exemplos de atividade e de piedade (ALMEIDA, 1913, p. 42).

As palavras de Fernanda chamam atenção em dois sentidos diferentes: o primeiro é a naturalização da doçura feminina, postura que o feminismo, até os dias atuais, busca desconstruir; a outra, por outro lado, é o uso dessas características não como uma forma de promover a abnegação e a preservação da família, mas para transformar a sociedade como um todo. A fala dessa personagem coloca nas mulheres a esperança de um mundo mais humanitário, aprimorando sua educação não para o casamento e para a maternidade, mas para, nas palavras dela, “poetizar”.

Júlia Lopes de Almeida traz a ideia de poetizar a sociedade e os espaços como uma espécie de atributo feminino, em especial no caso de *Correio da Roça*, mas também lançando luz sobre *A família Medeiros*. Eva e Maria, aqui, não são figuras em oposição, mas em diálogo: ambas se propõem a transformar as formas de se relacionar com o trabalho, com a natureza, com as pessoas e com a propriedade rural. Transformação essa que, mais do que *mudança*, é *poetização*, para a autora.

Essa palavra, usada no trecho citado, talvez seja um bom conceito para analisarmos, aqui, as ações de protagonistas como Eva e Maria. Mais do que alterar de alguma forma um aspecto ou uma relação, elas propõem uma *criação* de outros modos de vida. Poetizar, portanto, pode nos remeter à noção de “estética da existência”, muito trabalhada pelo filósofo Michel Foucault na fase final de sua carreira (1984).

Estudando a cultura grega antiga, o filósofo encontra outras formas de constituição do sujeito que diferem das modernas, normatizadas a partir da moral cristã

e do discurso de verdade científico. Dessa maneira, ele lança mão da noção de “artes” ou “estética da existência” que, na Antiguidade, referia-se a um trabalho criativo de si para consigo (FOUCAULT, 1984, p. 49-50). Cabia ao indivíduo *criar-se* a partir de uma série de práticas éticas e trabalhar a si mesmo como uma obra de arte. Essa forma é muito diversa diante das que conformam nossa cultura desde o cristianismo, já que carregamos uma lógica de verdade do sujeito, uma essência interna e natural, que deve ser desvelada. Como bem explica Margareth Rago sobre o conceito:

Ele [Foucault], então, introduz o conceito de “estéticas da existência” ou “artes do viver” ao estudar a experiência de subjetivação dos antigos, os modos pelos quais, na formação dos jovens e na noção de cidadania de uma maneira surpreendentemente diferente da que prosperou na Modernidade e que vigora na atualidade. As “estéticas da existência” dos gregos e romanos eram constituídas por “técnicas de si”, como a meditação, a escrita de si, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a parrésia ou coragem da verdade, que envolviam o cuidado de si e do outro, isto é, por práticas relacionais de construção subjetiva como um trabalho ético-político (RAGO, 2013, p. 43-44).

A noção de estética da existência, portanto, imbrica a desnaturalização dos sujeitos e a possibilidade de transformar, de criar outros modos de vida. Por isso, quando Júlia Lopes de Almeida se utiliza do termo “poetizar” em vez de apenas “mudar”, nos remete a um espaço de criação, de construção de algo novo, de cunho estético, algo mais complexo do que a mera imposição de um outros formatos fechados, normativos. Suas duas protagonistas *experimentam* outras relações de trabalho, outras formas de dialogar com a natureza, outros espaços para ocuparem enquanto mulheres. Talvez por isso, a ideia de poetizar, mesmo se usada despropositalmente pela literata, chame tanta atenção: por sua potência em nomear as práticas dessas personagens como próximas à escrita de uma poesia, por associar suas mudanças nos espaços e em si mesmas ao campo da criação artística.

Como atributo feminino, poetizar os espaços e a si mesmas também rompe com a lógica masculina normativa criticada nos romances *A família Medeiros* e *Correio da roça*. No primeiro, trata-se do patriarca escravocrata, monocultor, que não valoriza a

arte e o conforto, que deseja subjugar as mulheres ao seu redor, sistema fadado ao fracasso e que, ao final da história, revela suas grandes feridas e fraturas com as rebeliões dos escravizados, das personagens femininas e com o fim da escravidão. Já no segundo, trata-se da continuidade da lógica de esgotamento do solo, desrespeito aos ciclos da natureza e afastamento diante dos trabalhadores, submetidos a situações desumanas, lógica que também se esfacela com a produtividade reduzida, com os problemas devido à falta de manutenção do espaço e com a exploração trabalhista.

Transformando esses espaços, as mulheres conferem outras cores à paisagem rural, afetando as relações interpessoais e as formas como pensam a si mesmas, isto é, ressignificando o lugar das mulheres na sociedade, indo de criadas para esposas a idealizadoras de outros sistemas de produção agrária e de vivência no meio rural. Elas, enfim, *poetizam* as fazendas e a si mesmas, estetizando as existências no contato com a natureza, com as pessoas e com a arte.

Se, em 1893, Júlia Lopes de Almeida recria Eva como salvadora, e não como degenerada, em 1913, ela transgredir Maria, indo da abnegação para o protagonismo na transformação da vida de toda uma região. Saindo do lugar de viúva e mãe, a personagem desenvolve uma relação de troca com as filhas, com os trabalhadores e proprietários, desestabilizando a identidade fixa de Maria e propondo-se outro espaço. Ao contrário da renúncia de si esperada das mulheres pela cultura cristã, como pontua Fernanda para a amiga, a felicidade está na “obra mais bela que é dada á [sic] criatura humana cumprir: ensinar, transformar, criar” (ALMEIDA, 1913, p. 165), atributos estes que, na obra da literata, estão ligados às vidas femininas.

Nem Queda, nem Virgem

Eva e Maria, opostas no cristianismo, aproximam-se nos escritos de Júlia Lopes de Almeida. Nem responsáveis pela Queda, nem exemplo de abnegação, essas personagens estão em um espaço pouco reservado às mulheres na cultura patriarcal, como donas de propriedades rurais e transformadoras da sociedade. Estão ao lado da criação artística, da construção de redes de apoio e da humanização das relações.

Entre Maria e Eva, transformar os espaços e a si mesma é um tema para Júlia Lopes de Almeida, tanto em sua vida quanto em suas obras. No período de tempo entre a publicação de *A família Medeiros* e *Correio da Roça*, e até mesmo depois, a autora manteve uma coluna no jornal *O País* chamada “Dois Dedos de Prosa”. Nesse espaço semanal, muito requisitado pelos leitores do periódico, a literata expunha uma série de posicionamentos e análises sobre a sociedade carioca da época, da qual fazia parte.

Talvez uma das mais importantes posturas que a autora manteve com persistência seja a defesa da arborização e do ajardinamento do Rio de Janeiro. Sobre o assunto, a autora discutiu com urbanistas e políticos, alegando as falhas de projetos para a cidade que não levassem em conta as plantas nativas e que não se preocupassem com o bem-estar populacional, em especial as classes mais baixas, a partir da preservação da natureza.

Segundo ela, “o nosso desprezo pelo árvore faz dor de coração a quem a ame” (ALMEIDA *apud* FAEDRICH; STADIO; RIBEIRO, 2016, p. 203). Essa frase, tirada de uma crônica de 8 de agosto de 1911, mostra a preocupação da autora com a falta de árvores na zona urbana carioca. Para Júlia Lopes de Almeida, os projetos de urbanização deveriam se atentar para a vida do pedestre e do trabalhador, necessitado de vagar por ruas sem sombras e sem cuidados com sua circulação. A literata, nesse texto, desafia as autoridades, questionando se “os moradores do subúrbio não pagarão impostos”, para serem abandonados às margens dos processos de modernização urbana (ALMEIDA *apud* FAEDRICH; STADIO; RIBEIRO, 2016, p. 203).

A escritora, com grande influência pública na época, também se engaja na luta pela defesa do Morro de Santo Antônio, relevo na parte central do Rio de Janeiro que, nos novos planejamentos urbanos do começo do século XX, era ameaçado de derrubada. Para a literata, o abandono do morro era absurdo, já que, característico da paisagem natural da cidade, deveria ser pensado como espaço de preservação ambiental, apostando em arborização, e não em demolição. Sua posição foi parte da resistência que adiou a derrubada até os anos 1950. Parte dele, porém, ainda pode ser vista, abrigando o Convento de Santo Antônio, ponto turístico no centro histórico da cidade.

Em todos esses posicionamentos, Júlia Lopes de Almeida encontrou uma série de embates, mas também muitos colegas e aliados, em especial dentro da intelectualidade

brasileira. Costumava referenciar esses amigos nas colunas ou dedicá-los textos. Talvez relacionando-se a esse ponto, também em suas obras, a amizade ganha um protagonismo na transformação dos espaços e das subjetividades.

Em *A família Medeiros*, Eva se apoia bastante na figura de Madame Grüber, governante alemã da casa de Comendador Medeiros. Com ela, faz serões de estudo e debate as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Suspeita pelos seus jeitos libertários, contudo, ela é demitida pelo tio de Eva. Todavia, Eva também se aproxima muito de Otávio e Noêmia, filhos do Comendador, bem como mantém uma relação de muita admiração e respeito com o irmão adotivo, Paulo, com quem vem a se casar no final do romance. São esses personagens que apoiam a protagonista em seus enfrentamentos diante da escravidão, na decisão de não se casar em nome de relações familiares e, finalmente, em sua postura desafiante em relação ao tio, acabando, por fim, saindo de sua proteção e voltando a sua propriedade, mesmo com o olhar moralista sobre sua atitude.

Em *Correio da roça*, a amizade é ainda mais evidente como pilar do romance, já que é a partir da troca de cartas entre amigas que a poetização dos espaços ocorre. A relação, que começa como um coleguismo entre Maria e Fernanda, logo se aprofunda em uma amizade que envolve as filhas da primeira. Enquanto o ambiente rural muda, também se transformam as relações e as subjetividades.

É interessante que, nas duas obras, a amizade seja posta como uma relação feminina, o que contraria toda uma tradição do pensamento ocidental, que, como apontado por Marilda Ionta, trata as mulheres como incapazes de tecer relações além do casamento e da maternidade (IONTA, 2004). Nesse sentido, a autora parece se preocupar em apresentar essas redes amistosas entre mulheres como transformadoras de um pensamento patriarcal. A personagem Fernanda, em *Correio da roça*, por exemplo, escreve para Maria que “temos sabido ser amigas uma da outra através de toda a existência, sem a menor sombra de traição, e isto entre mulheres é tanto mais raro, quanto mais lindo” (ALMEIDA, 1913, p. 68), remetendo ao desincentivo das mulheres a estabelecer laços que não condizem com a domesticidade.

Entre amizades, críticas e embates, Júlia Lopes de Almeida constrói enredos atribuindo a poetização dos espaços e das subjetividades às mulheres, isto é, trazendo-as

como principais responsáveis pela mudança da cultura, pela harmonia com a natureza e pela reorganização do trabalho e do espaço rural. Como comenta a pesquisadora Ana Helena Cizotto Belline, “A ‘fazenda do futuro’, que só poderia pertencer a mulheres do futuro, como Eva, materializa-se no *Remanso*”, de Maria, “e na sua comunidade de mulheres, cerca de vinte anos depois” (BELLINE, 2014, p. 18).

Não é só pela fazenda, porém, que essas duas personagens se ligam, *A família Medeiros* e *Correio da roça* constituem dois romances de Júlia Lopes de Almeida com protagonismo feminino e que dialogam com a proposta feminista da autora, em que as mulheres fogem à ideia binarista da depravação e da abnegação, ironizadas no nome dessas duas personagens. Entre Evas e Marias, portanto, *nem Queda, nem Virgem*.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. 1ª publicação em 1893.

_____. *Correio da roça*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014. 1ª publicação em 1913.

BELLINE, Ana Helena Cizotto. “Introdução”. In: *Correio da roça*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

FAEDRICH, Anna; STASIO, Angela di; RIBEIRO, Marcus Venicio (orgs.). *Dois dedos de prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2005, 8ª edição. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma genealogia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GREENBLATT, Stephen. *Ascensão e queda de Adão e Eva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Tradução de Donaldson M. Garschagen.

IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.